

RESPOSTAS

*** Roberto Rodrigues**

As manifestações de 15 de março passado não tiveram o impacto esperado junto ao governo federal, pelo menos quanto às falas dos ministros escalados pela presidente Dilma Rousseff na noite do mesmo dia e no seguinte por ela mesma.

Os ministros minimizaram o impressionante movimento, atribuindo-o aos eleitores que perderam as eleições de outubro passado e prometendo medidas contra a corrupção que, aliás, já vem acontecendo. Insistiram várias vezes no aspecto democrático das manifestações, dispondo-se ao diálogo com todos os atores sociais e reiterando a condenação à violência e às pouquíssimas e tolas propostas de intervenção militar e impeachment, completamente descartadas.

Houve ainda um pequeno sinal sobre a reforma política tão discutida e tão necessária, mas que ficou restrita ao financiamento de campanha: o governo quer eliminar o financiamento privado nas eleições, o que faz sentido. E a presidente falou em humildade...

Seguramente o governo e os políticos em geral já devem, a esta altura, ter feito avaliações mais realistas sobre as manifestações. Afinal, mais de 2 milhões de pessoas foram às ruas em cerca de 160 cidades em todos os estados e no Distrito Federal.

E respostas precisam ser dadas, sob pena de recrudescimento dos protestos. É fundamental garantir governabilidade à Presidente Dilma Rousseff. Quais respostas?

Uma das mais necessárias tem a ver com o ajuste fiscal. Está claro que não dá para aceitar que só a sociedade pague por ele; o governo também precisa cortar na própria carne. Seria um magnífico sinal a eliminação de uma dúzia de ministérios, o que representaria significativa economia. Mas, mais que a economia, o gesto seria muito bem recebido.

Quanto à reforma política, é pouco a única proposta feita, de cortar financiamentos privados nas eleições: isto não satisfaz o clamor popular. É preciso mais, como acabar com a reeleição, aumentar todos os mandatos para cinco anos e fazer eleições coincidentes a cada cinco anos. Com certeza isso é mais compatível com a realidade brasileira atual e seria bem aceito pela população.

Quanto ao financiamento de campanha, existe uma proposta circulando: o candidato teria que apresentar um orçamento do que gastaria, submetê-lo à justiça eleitoral e ao seu partido, e nenhuma empresa poderia dar a ele mais do que 5% do valor orçado. Isto seria um limite às doações.

Mas falta um tema que interessa muito ao agro. Trata-se de não permitir nem estimular violência, e para isso basta fazer cumprir a lei, garantindo ordem e tranquilidade para investimentos no campo.

Violência tem sido feita em alguns atos do MST, que recentemente destruiu um programa de transgenia em eucaliptos, desenvolvido por uma

empresa privada que investiu anos no trabalho. Também houve invasão a uma instalação da Bunge e ameaças de novas invasões.

Ninguém do governo se referiu a isso e há notícias de repasses de recursos governamentais que poderiam financiar tais movimentos.

Não se trata de ser contra a reforma agrária que o MST prega. Trata-se, isso sim, de atender efetivamente àquilo que os ministros defenderam em suas falas: impedir violência. Nada de violência!

Estimular ações desta natureza pode levar o país a um confronto que é a última coisa que se pode almejar e que, seguramente, não desejam nem os manifestantes de 13 e nem de 15 de Março.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da
FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura
(SNA)**